COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2010 (Do Sr. Luiz Carlos Hauly)

Requer a realização de Audiência Pública para debater as implicações econômico-financeiras e efeitos jurídicos advindos do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1587, de 2009, que susta os efeitos do Item 9.1 do Acórdão nº 2731/2008 - TCU, exarado nos autos do Processo TC - 017.177/2008 – 2.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário da Comissão, a realização de Audiência Pública para debater no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, as implicações econômico-financeiras e efeitos jurídicos advindos do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1587, de 2009, que susta os efeitos do Item 9.1 do Acórdão nº 2731/2008 - TCU, exarado nos autos do Processo TC - 017.177/2008 - 2, mediante o qual o Tribunal de Contas da União firma o entendimento de que a expressão "recursos públicos" a que se refere o art. 3º, caput, da Lei nº 8.958, de 1994, abrange não apenas os recursos financeiros aplicados nos projetos executados com fundamento na citada lei, mas também toda e qualquer receita auferida com a utilização de recursos humanos e materiais das Instituições Federais de Ensino Superior; formulando-se, para tanto, os seguintes convites:

- Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- Ministro Ubiratan Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União;
- Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, Procurador Geral da República;
- Dr. Juarez Domingues Carneiro, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade;
- Dr. Waldir Pereira Gomes, Presidente do Conselho Federal de Economia;
- Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante Junior, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e
- Dr. Roberto Carvalho Cardoso, Presidente do Conselho Federal de Administração.

JUSTIFICAÇÃO

O Tribunal de Contas da União, nos autos do Processo TC 017.177/2008-2, exarou a decisão no sentido de “firmar o entendimento de que a expressão ‘recursos públicos’ a que se refere o art. 3º, *caput*, da Lei 8.958/1994 abrange não apenas os recursos financeiros aplicados nos projetos executados, com fundamento na citada lei, mas também toda e qualquer receita auferida com a utilização de recursos humanos e materiais das Instituições Federais de Ensino Superior, tais como: laboratórios, salas de aula; materiais de apoio e de escritório; nome e imagem da instituição; redes de tecnologia de informação; documentação acadêmica e demais itens de patrimônio tangível ou intangível das instituições de ensino utilizados em parcerias com fundações de apoio, sendo obrigatório o recolhimento de tais receitas à conta única do Tesouro Nacional”.

Contudo, ao contrário do que ventilou a justificativa emprestada ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 1587, de 2009, a decisão do TCU não é decorrente de seu poder regulamentar, mas sim da atividade de fiscalização, constituída a partir de Relatório de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), cujo julgamento compete exclusivamente ao Tribunal de Contas da União, nos termos do artigo 71, inciso IV, da Constituição Federal.

Tal decisão, consoante se depreende do que acima foi exposto, é simplesmente o resultado de interpretação indireta feita pela Corte de Contas, aplicada ao contorno econômico, financeiro e orçamentário que envolve o dispositivo legal em tela e à espécie focada pela fiscalização do Tribunal, respeitado o estreito limite fixado pela Constituição Federal ao TCU.

Nessa qualidade, a decisão não inova no mundo jurídico, não cria obrigações novas nem restringe direitos; apenas dá a exata dimensão do dispositivo legal ao caso em análise, a partir de uma interpretação lógica e teleológica levada a termo pela Corte de Contas.

Com efeito, considerou o Tribunal, que a existência de recursos públicos mantidos em contas particulares não poderia subsistir em face da finalidade pública, que deve nortear toda atividade administrativa, representada no caso pelo axioma segundo o qual os recursos públicos devem ser aplicados em conformidade com as normas de direito público no interesse de toda a sociedade.

Isso ocorre pelo fato de o TCU, no exercício de suas atribuições, proceder à análise econômica, financeira e orçamentária da conformidade dos atos praticados pelos gestores públicos e demais responsáveis por bens e valores da União, em consonância com Constituição Federal; a Lei n.º 8.443, de 1992; a Lei n.º 4.320, de 1964, e demais disposições normativas do ordenamento jurídico vigente que regem a espécie.

Em muitos casos, embora o tema esteja muito afeto à questão de natureza econômica, financeira e orçamentária, é imperioso que a melhor interpretação legal se faça em consonância com o que dispõe a Constituição, na forma preconizada pela Súmula 347 do STF:

“O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e atos do Poder Público”.

Contra a decisão do TCU, a Universidade Federal de Minas Gerais impetrou mandado de segurança nº 27.799, no Supremo Tribunal Federal, mas os impetrantes não obtiveram a liminar pretendida.

Dessa forma, considerando as matizes que contornam a espécie, faz-se imperioso que, anteriormente à apreciação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1587, de 2009, que susta os efeitos do Item 9.1 do Acórdão nº 2731/2008 – TCU, esta Comissão de Finanças e Tributação promova a Audiência Pública em relevo a fim de ouvir os segmentos governamentais e as entidades de classe que serão diretamente impactados pela proposição.

Nesse sentido, peço o apoio dos demais Parlamentares que integram a Comissão de Finanças Tributação, com vistas à aprovação deste Requerimento de Audiência Pública.

Sala das Comissões, em de março de 2010.

Deputado LUIZ CARLOS HAULY
(PSDB – PR)